



UE Apoia a Líbia a Acolher Imigrantes – A Europa continua a enfrentar a chegada de grande quantidade de imigrantes. Depois do acordo que foi feito, em 2016, com a Turquia, e que praticamente estancou a entrada de imigrantes através da Grécia, o objetivo da Comissão Europeia é o de chegar a um acordo semelhante com a Líbia. [Pag 2](#)

Novo Modelo de Mediação em Moçambique – Depois de vários meses de negociações entre o Governo de Moçambique a RENAMO, apoiadas por uma complexa mediação internacional que não obteve grandes avanços, as partes decidiram suspender este modelo. Para o substituir, o Presidente Filipe Nyusi anunciou um outro modelo de negociação que contou com a concordância do líder da RENAMO, Afonso Dhlakama. [Pag 2/3](#)

IV Cimeira Portugal-Cabo Verde – Portugal e Cabo Verde realizaram, a 20 de fevereiro na Cidade da Praia, a IV Cimeira bilateral, que teve como lema central o Crescimento Sustentável em Segurança. [Pag 3/4](#)

O Conflito no Sudão do Sul – O conflito no Sudão do Sul, que opõe as forças governamentais lideradas pelo Presidente Salva Kiir, aos rebeldes do seu ex-Vice-Presidente Riek Machr, é o principal conflito militar que África enfrenta no início de 2017. [Pag 4/5](#)

Prémio Ibrahim 2016 sem Vencedor – A Fundação Mo Ibrahim anunciou, a 28 de fevereiro, que o prémio Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana de 2016 não teve vencedor. Segundo esta Fundação a atribuição deste prémio, instituído em 2006, visa premiar os líderes africanos que tenham tido um desempenho excepcional. [Pag 5](#)

Hosni Mubarak foi absolvido – Depois de mais de 5 anos de uma batalha jurídica, o antigo Presidente do Egito, Hosni Mubarak, foi absolvido, a 2 de março, pelo seu envolvimento na repressão popular durante a revolta de 2011, o que permitiu que fosse libertado. [Pag 6](#)

Nasce novo Grupo Jihadista no Sahel – Três importantes movimentos jihadistas a atuarem em África, anunciaram, em março, a criação de um novo movimento, o Jamaat Nasr al Islam wa al Mouslimin, passando a ser o mais importante movimento na zona do Sahel. [Pag 6](#)

A Fome Afeta de Novo África – O Secretário-geral da ONU, António Guterres, efetuou uma deslocação de emergência à Somália, em março, para apelar à mobilização mundial na luta contra fome que afeta novamente aquele país atingido por um prolongado período de seca e por uma situação de conflito que se arrasta há vários anos. [Pag 7](#)

Novo Presidente da Comissão da União Africana – A 14 de março, o novo Presidente da Comissão da União Africana, o chadiano Moussa Faki Mahamat, tomou posse, sucedendo no cargo à sul-africana Nkosazana Dlamini-Zuma. [Pag 8](#)

IDH de 2016 – O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou, a 21 de março, os dados relativos ao relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2016, com base em dados relativos a 2015. [Pag 9](#)

Conflito no Kasai – O conflito e a instabilidade têm sido constantes em várias províncias da República Democrática do Congo (RDC). Essa instabilidade é particularmente grave em províncias como as do Kivu Norte, Kivu Sul e Kasai. [Pag 10](#)

Novo Governo em Marrocos – Após seis meses de impasse, foi finalmente encontrada uma solução governativa em Marrocos com a nomeação de Saad Eddine El Othmani para o cargo de Primeiro-Ministro do país. [Pag 11](#)

Angola Limita Contratação de Estrangeiros – Através de um decreto presidencial, aprovado a 6 de março, o governo de Luanda aprovou que a contratação de trabalhadores estrangeiros não residentes em Angola só poderá ser renovada até ao limite máximo de 36 meses. [Pag 11/12](#)



UE Apoia a Líbia a Acolher Imigrantes

A Europa continua a enfrentar a chegada de grande quantidade de imigrantes. Depois do acordo que foi feito, em 2016, com a Turquia, e que praticamente estancou a entrada de imigrantes através da Grécia, o objetivo da Comissão Europeia é o de chegar a um acordo semelhante com a Líbia.

Segundo dados da Organização Mundial das Migrações, haverá cerca de 1 milhão de imigrantes ilegais na Líbia, a esmagadora maioria dos quais de origem africana, com o objetivo de viajarem para a Europa.

A situação é mais delicada do que a vivida na Turquia por um conjunto de razões. Em primeiro lugar, a travessia do mediterrâneo, a partir da costa líbia, é uma viagem mais arriscada, como fica bem demonstrado pelo número de mortos, que em 2016 atingiu as 4.500 pessoas. Por outro lado, a fraqueza do estado líbio dificulta a capacidade destas autoridades em controlarem a sua costa. Finalmente, a existência de redes dedicadas ao transporte ilegal destes imigrantes é bem superior na Líbia.

Perante esta realidade, a UE está a desenvolver um programa de apoio à Líbia que passa, nomeadamente, pelo treino e reequipamento da guarda costeira líbia, para o qual disponibilizará mais de 200 milhões de euros. Há, no entanto, sérias dúvidas que o estado atual das forças de segurança líbias lhes permita assimilar a formação e o equipamento que lhes será fornecido.

Paralelamente, será desenvolvida uma estratégia destinada a financiar os imigrantes que aceitem regressar voluntariamente aos seus países. Este regresso voluntário será feito em coordenação com Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e com a Organização Mundial das Migrações.

Caso seja bem-sucedido, o plano europeu de intervenção na Líbia visa alargar-se a outros países africanos que sejam zonas de passagem dos imigrantes africanos.

Numa primeira fase, serão abrangidos o Níger e o Mali, por estar comprovado que é por estes dois países que passam grandes partes dos imigrantes que chegam à Líbia. Não está, no entanto, posta de parte a possibilidade de outros países serem igualmente incluídos neste programa, situação que dependerá de uma análise e acompanhamento que se irá fazendo às características dos movimentos migratórios.

Novo Modelo de Mediação em Moçambique

Depois de vários meses de negociações entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, apoiadas por uma complexa mediação internacional que não obteve grandes avanços, as partes decidiram suspender este modelo. Para o substituir, o Presidente Filipe Nyusi anunciou um outro modelo de negociação que contou com a concordância do líder da RENAMO, Afonso Dhlakama.

Apesar dos poucos avanços nas negociações, a RENAMO declarou uma trégua de 60 dias, o que permitiu criar um ambiente mais favorável à aproximação entre as partes.

O objetivo é que o novo modelo de negociações, entre o Governo moçambicano e a RENAMO, sejam feitas diretamente sem intervenção de mediadores internacionais. Determinadas individualidades, nacionais ou estrangeiros, especialistas em áreas específicas poderão ser chamadas a apoiar as negociações.

Nesse sentido, as partes divulgaram, em fevereiro, os nomes das individualidades que farão parte dos dois novos grupos que vão discutir a descentralização e os assuntos militares nas negociações de paz em Moçambique. A rapidez com que as partes designaram os seus representantes nos grupos negociais, foi visto como um sinal do forte empenho na procura de uma solução definitiva para o conflito.

Para discutir a questão da descentralização, o Governo moçambicano indicou os juristas e professores universitários Albano Macie e Eduardo Alexandre Chiziane para o representarem. A RENAMO indicou o jurista e deputado Saimone Macuiana e a antigo membro da Comissão Nacional de Eleições Maria Joaquina, que também já faziam parte das negociações na fase anterior, para integrarem o grupo que vai discutir a descentralização.

O objetivo deste grupo é o de elaborar propostas legislativas e eventuais alterações constitucionais que permitam viabilizar um acordo entre as partes. Recordar-se que a exigência da RENAMO vai no sentido de nomear os Governadores nas seis províncias onde ganhou nas últimas eleições legislativas (Tete, Niassa, Zambézia, Nampula, Sofala, Manica), exigência essa que não está prevista na atual legislação moçambicana.

Para o grupo que vai abordar os assuntos militares, o Governo indicou Armando Alexandre Panguene, General na reserva e embaixador em vários países (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Portugal e África

■ Luís Castelo Branco

do Sul) e governador nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, e Ismael Mussa Mangureira, cônsul honorário da Eslováquia em Maputo. A RENAMO indicou para este grupo, André Joaquim Magibire, atualmente deputado do partido no Parlamento nacional e Leovigildo Buanancasso, atual membro do Conselho de Estado.

O grupo de trabalho sobre as questões militares deverá debruçar-se não só sobre a cessação dos confrontos, mas também sobre as questões relacionadas com a despartidarização das Forças de Defesa e Segurança, o desarmamento do braço armado da RENAMO, bem como sua reintegração na vida civil.

Importante, em ambos os casos, é que sejam criados mecanismos eficazes de verificação dos compromissos assumidos pelas partes. Ambos os grupos contarão com o apoio de especialistas internacionais.

Paralelamente à criação destes dois grupos, o Presidente Filipe Nyusi convidou os embaixadores do Reino Unido, Suíça, Estados Unidos, China, Noruega e Botsuana e o chefe da Missão da União Europeia em Moçambique, para participarem como um Grupo de Contacto no apoio às negociações de paz em Moçambique.

A constituição deste Grupo surge na sequência dos contactos mantidos entre o Presidente Nyusi e o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, os quais consideram importante a presença e apoio destes representantes internacionais. Apesar da criação deste Grupo de Contacto, o objetivo das partes é que o processo negocial seja, sobretudo, interno.

A missão do grupo de contacto será dar apoio técnico aos grupos de trabalho e mobilizar recursos financeiros para o seu funcionamento.

A 3 de março, o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama anunciou a prolongamento da trégua decretada pelo seu movimento por mais 60 dias, até inícios de maio. Esta decisão foi muito bem-recebida, tanto mais que se têm verificado vários ataques contra membros da RENAMO, os quais não foram suficientes para afetar o decurso das negociações.

A justificação desta decisão prende-se com a intenção de criar as condições propícias para que dos dois grupos de trabalho possam desenvolver a sua atividade num ambiente sereno.

IV Cimeira Portugal - Cabo Verde

Portugal e Cabo Verde realizaram, a 20 de fevereiro na Cidade da Praia, a IV Cimeira bilateral, a qual teve como lema central o Crescimento Sustentável em Segurança.

Esta Cimeira atestou, uma vez mais, a excelência das relações políticas e de cooperação entre os dois países, e a importância que ambos atribuem à Parceria Estratégica, nos mais diversos setores, que existe entre Portugal e Cabo Verde.

Os momentos mais altos desta Cimeira, em que Portugal esteve representado pelo Primeiro-Ministro António Costa, foram a assinatura do Programa Estratégico de Cooperação (PEC) e a inauguração da escola portuguesa na Cidade da Praia.

O Programa Estratégico de Cooperação (PEC) para o período 2017-2021, o qual conta com um envelope financeiro indicativo de 120 milhões de €, é o documento enquadrador das relações de cooperação entre os dois países nas mais diversas áreas.

A cooperação entre os dois países tem abrangido vários setores, embora, tenha sido dada prioridade às áreas da educação, saúde, capacitação institucional e construção de infraestruturas, esta última com recurso às linhas de crédito disponibilizadas por Portugal.

O anterior programa de cooperação, o Programa Indicativo de Cooperação (PIC), que abrangeu o período de 2012-2016, teve um orçamento indicativo de 56 milhões de €.

Neste novo ciclo programático, as áreas prioritárias foram definidas em conjunto pelos dois países, tendo em conta as intenções manifestadas por Cabo Verde e as mais-valias e capacidades financeiras de Portugal. Neste sentido, o PEC irá privilegiar as intervenções nas áreas da educação, língua e cultura; ciência e inovação; segurança, saúde e assuntos sociais; e energia, ambiente, alterações climáticas e apoio direto ao orçamento.

O PEC assinado faz parte de uma nova geração de documentos de cooperação que Portugal está a celebrar com os seus principais parceiros de cooperação, os PALOP e Timor Leste.

Pretende-se que estes documentos apostem em intervenções em áreas estruturantes, viabilizem a diversificação de fontes de financiamento e apostem em programas, projetos e ações que promovam

quer a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), quer dos objetivos traçados por Cabo Verde nos seus principais documentos de desenvolvimento, nomeadamente a Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza.

As intervenções serão coordenadas entre os vários atores da cooperação, quer sejam públicos, quer sejam privados. Nessa linha, é dado particular enfoque à promoção de parcerias com outros atores, públicos e privados, nacionais e internacionais, nomeadamente com o setor privado, ONGD, fundações, sociedade civil, mundo académico e a comunidade doadora internacional, em particular a União Europeia.

O Primeiro-ministro, António Costa, e o seu homólogo de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, inauguraram, na Cidade da Praia, a Escola Portuguesa de Cabo Verde – Centro de Ensino e da Língua Portuguesa. A Escola Portuguesa faz parte da rede de escolas públicas portuguesas sob a tutela do Ministério de Educação, disponibilizando o currículo português, no âmbito da estratégia de internacionalização da Língua Portuguesa e do Ensino Português no Estrangeiro.

A próxima edição da Cimeira bilateral terá lugar em 2019 em Portugal.



O Conflito no Sudão do Sul

O conflito no Sudão do Sul, que opõe as forças governamentais lideradas pelo Presidente Salva Kiir, aos rebeldes do seu ex-Vice-Presidente Riek Machr, é o principal conflito militar que África enfrenta no início de 2017.

As várias tentativas destinadas a resolver o conflito têm fracassado devido à intransigência das partes, o que tem provocado um conflito caracterizado pela extrema violência.

Apesar da presença de uma Missão de Paz da ONU no terreno, United Nations Mission in South Sudan (UNMISS), os combates entre as duas partes não têm cessado e alastraram a todo o território, sem que as forças da ONU, que ascendem a mais de 12 mil capacetes azuis, o tenham conseguido travar.

O agravamento do conflito já fez com que milhares de sul-sudaneses se tenham visto obrigados a deixar as suas casas e procurado refúgio nos países vizinhos, nomeadamente, no Sudão, no Quênia e no Uganda. Segundo dados das Nações Unidas, o conflito já terá levado a que mais de 3 milhões de pessoas tenham procurado refúgio nos campos da ONU nos países vizinhos.

A guerra civil no Sudão do Sul começou em 2013, quando o Presidente Salva Kiir, de etnia Dinka, afastou o vice-Presidente Riek Machar, da etnia Nuer. Em 2016, o país viveu um curto período de trégua após um acordo de paz alcançado entre partes. Porém, os combates regressaram rapidamente, em julho, tendo sido especialmente violentos na capital, Juba, e que provocaram a fuga de Riek Machar.

O conflito é agora visto como um conflito étnico, em que o objetivo declarado de ambas as partes é o aniquilamento do outro grupo étnico.

A situação é ainda agravada pelas condições atmosféricas adversas que têm provocado uma crescente escassez de alimentos. Acresce a isto que, o lado governamental é acusado de utilizar esta situação a seu favor, ao impedir que a ajuda alimentar internacional chegue às regiões controladas pelos rebeldes. Segundo dados das Nações Unidas, em fevereiro deste ano, mais de um milhão de sul-sudaneses já enfrentava problemas graves de escassez de alimentos.



Este número poderá subir até aos 5 milhões de pessoas, cerca de 40% do total da população do Sudão do Sul, nos próximos meses se nada for feito para travar o conflito e melhorar os canais de distribuição alimentar.

Com a persistência do período de seca, as colheitas no país estão seriamente comprometidas, o que implicará que a ajuda internacional será determinante para que o país consiga alimentar a sua população ao longo de 2017.



Prémio Ibrahim 2016 Sem Vencedor

A Fundação Mo Ibrahim anunciou, a 28 de fevereiro, que o prémio Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana de 2016 não teve vencedor¹. Segundo esta Fundação a atribuição deste prémio, instituído em 2006, visa premiar os líderes africanos que tenham tido um desempenho excecional.

Apesar de terem analisado o percurso de vários líderes africanos em 2016, o júri deste prémio, constituído por Salim Ahmed Salim; Martti Ahtisaari; Aicha Bah Diallo; Graça Machel; Festus Mogae; Mohamed El Baradei e Mary Robinson chegou à conclusão que nenhum se terá destacado o suficiente para merecer este prémio.

Os candidatos a este prémio são todos os antigos Presidentes e Primeiros-ministros que tenham cessado funções nos três últimos anos civis (neste caso, entre 2014 e 2016) após terem sido democraticamente eleitos e cumprido o seu, ou os seus, mandatos de acordo com a constituição do país.

Os rigorosos critérios adotados pela Fundação Mo Ibrahim para a atribuição deste prémio ficam bem patentes quando se constata que, em dez anos, o mesmo só foi atribuído em quatro ocasiões.

Até agora os vencedores do prémio foram: Joaquim Chissano, antigo Presidente de Moçambique, em 2007; Festus Mogae, antigo Presidente do Botsuana em 2008; Pedro Pires, antigo Presidente de Cabo Verde, em 2011 e o último a receber foi o antigo Presidente da Namíbia, Hifikepunye Pohamba, em 2014. Para além destes, também Nelson Mandela foi distinguido como vencedor honorário inaugural, em 2007.

Para além do prestígio que significa receber este prémio, há também uma importante componente pecuniária que é dada a cada vencedor e que se traduz em 5 MUSD a serem atribuídos ao longo de dez anos.

¹ Mo Ibrahim Foundation announces no winner of 2016 Ibrahim Prize for Achievement in African Leadership.
<http://mo.ibrahim.foundation/news/2017/mo-ibrahim-foundation-announces-no-winner-2016-ibrahim-prize-achievement-african-leadership/>



Hosni Mubarak foi absolvido

Depois de mais de 5 anos de uma batalha jurídica, o antigo Presidente do Egito, Hosni Mubarak, foi absolvido, a 2 de março, pelo seu envolvimento na repressão popular durante a revolta de 2011, o que permitiu que fosse libertado.

Mubarak tinha sido acusado de ter instigado a repressão policial contra as manifestações populares que o contestavam em janeiro de 2011. Esta repressão terá provocado a morte a 900 de manifestantes ao longo dos 18 dias de contestação que levariam ao afastamento de Mubarak do poder em fevereiro desse ano.

Após ter sido derrubado, Hosni Mubarak foi preso e, em 2012, foi condenado a prisão perpétua. No entanto, em 2014 o seu caso foi novamente analisado pelo Tribunal tendo chegado agora a esta decisão de o absolver.

A absolvição de Mubarak veio juntar-se a idênticas sentenças que os tribunais egípcios têm vindo a tomar em relação a vários dos seus apoiantes, e também aos seus dois filhos, Alaa e Gamal Mubarak, que foram libertados em 2015.

A absolvição dos elementos do regime Mubarak é encarada, pela oposição egípcia, como mais uma prova que o atual regime do Presidente Al-Sissi, que tomou o poder em 2014, não é mais do que a continuação do regime de Mubarak, ponto fim, de facto, à revolução egípcia de 2011 iniciada no âmbito da chamada primavera árabe.

Nasce Novo Grupo Jihadista no Sahel

Três importantes movimentos jihadistas a atuarem em África, anunciaram, em março, a criação de um novo movimento, o Jamaat Nasr al Islam wa al Mouslimin, passando a ser o mais importante movimento na zona do Sahel.

O novo grupo será liderado pelo maliano Iyad Ag Ghali, tendo já declarado a sua fidelidade à Al Qaeda e ao seu Emir, o egípcio Ayman al Zawahari, sucessor de Osama bin Laden.

O movimento passou a adotar o lema de "Uma Bandeira, Uma Organização e um Emir". Este novo grupo é a resposta do Al Qaeda à crescente presença de organizações associadas ao Estado Islâmico no Sahel.

O Estado Islâmico conta com o apoio de organizações como o movimento Al Shabab, que atua na Somália, Boko Haram na Nigéria e a Al Qaeda do Magrebe Islâmico no Sahel.

Os três movimentos que deram lugar ao novo grupo são o Ansar Dine, o movimento chefiado por Ghali e que liderou a rebelião no Mali em 2012; o Al Qaeda do Magrebe Islâmico no Saara (AQMI), liderada pelo argelino Djamel Okacha, e a Frente de Libertação de Macina, movimento nascido no Mali e dirigido por Amadou Koufa.

A criação deste grupo surge como uma resposta às diversas iniciativas destinadas a travar o avanço do fundamentalismo islâmico na zona do Sahel. Estas iniciativas têm sido lideradas, por um lado, pela França através de diversas operações militares de apoio aos países da região e também pelo chamado Sahel G5, constituído por vários estados desta zona de África.

Os Presidentes de cinco países do Sahel (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger) decidiram criar, em fevereiro deste ano, este novo Grupo como uma nova força contraterrorista na região.

Para operacionalizarem esta força, os Sahel G5 já apelaram ao apoio internacional para equipar os elementos que farão parte desta nova estrutura, recordando que o combate aos movimentos radicais já é uma realidade para estes países. O Chade e o Níger enfrentam as ações do grupo nigeriano Boko Haram, o qual também já levou a cabo ataques no Mali, no Burkina Faso e na Costa do Marfim.





A Fome Afeta de Novo África

O Secretário-geral da ONU, António Guterres, efetuou uma deslocação de emergência à Somália, em março, para apelar à mobilização mundial na luta contra fome que afeta novamente aquele país atingido por um prolongado período de seca e por uma situação de conflito que se arrasta há vários anos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 6,2 milhões de somalis, ou seja, metade da população, carece de ajuda humanitária de emergência, sendo que 3 milhões dessas pessoas sofrem já de fome.

A Somália tem sido um dos países do mundo que mais tem sido afetado por crises alimentares ao longo dos últimos anos. Em 2011, uma crise alimentar provocou a morte a mais de 250 mil somalis. Para se evitar uma nova tragédia, o Secretário-geral da ONU apelou à mobilização mundial, de organizações e de países, de modo a permitir o auxílio à Somália em tempo útil.

Paralelamente à situação de seca, o agravamento da situação alimentar nos países da África Oriental e do Corno de África é também provocada pela existência de doenças, como a cólera, e a persistência de conflitos armados que prejudicam as missões humanitárias de apoio às populações.

Para além da Somália, que decretou em fevereiro o estado de catástrofe nacional, outros países da região estão a atravessar uma seca severa, nomeadamente o Sudão do Sul, o Quênia e a Etiópia. Também a zona da África Ocidental, nomeadamente a Nigéria, está a ser atingida por este flagelo.

O caso nigeriano é deveras preocupante porque este país não era dos que habitualmente era atingido por este flagelo. Atualmente um dos estados do norte do país, o estado de Borno, regista mais de 400 mil pessoas em situação de carência alimentar grave. O fato desta ser a zona onde o movimento radical islâmico Boko Haram está mais ativo dificulta, ainda mais, as operações de apoio humanitário.

A crise na Nigéria já se estendeu para a região do Lago Chade, afetando países como o Chade, o Níger e os Camarões.

A 24 de fevereiro teve lugar uma Conferência em Oslo, dedicada à situação de fome na Nigéria e na região do Chade, na qual participaram cerca de 170 representantes de 40 países, da ONU, de organizações regionais e da sociedade civil. Para além dos conflitos na Nigéria, as alterações climáticas registadas na região, fruto de uma forte desertificação, também têm contribuído para a falta de alimentos.

Segundo dados da ONU, cerca de 10,7 milhões de pessoas necessitam de assistência urgente na bacia do Lago Chade. O objetivo da Conferência de Oslo foi o de chamar a atenção internacional para a crise e tentar encontrar soluções para as pessoas afetadas.

Durante esta Conferência, vários foram os países e organizações que anunciaram apoios financeiros para programas de auxílio humanitário e alimentar. No total foram disponibilizados 460 MUSD para os países africanos afetados.

A Alemanha, que foi um dos coorganizadores do evento juntamente com a Noruega, a Nigéria e as Nações Unidas, foi dos países que mais contribuiu, disponibilizando uma verba na ordem dos 120 MUSD. As outras contribuições vieram da Comissão Europeia, da Noruega, da Alemanha, do Japão, da Suécia, da Suíça, da França, da Itália, da Irlanda, da Finlândia, da Dinamarca, do Luxemburgo, da Holanda e da Coreia do Sul.

Para a ONU, uma situação de fome é declarada num país quando mais de 20% da população de uma região tem acesso muito limitado aos alimentos básicos, uma taxa de mortalidade superior a duas pessoas em cada dez mil por dia e quando a subnutrição aguda atinge mais de 30% da população.

De acordo com as Nações Unidas, o recrudescimento da fome em África é, mais uma vez, explicado pelas mesmas razões que no passado provocaram este flagelo.

Por um lado, a pobreza, que provoca que as pessoas não tenham os meios suficientes para adquirir alimentos ou meios para os produzir.

Outro motivo são os conflitos que afetam quer os canais de produção, quer os canais de distribuição e que provocam o êxodo de populações para zonas que não conseguem garantir o seu sustento.

A situação ambiental e as consequentes alterações climáticas, incluindo as secas, inundações, desertificação, erosão dos solos e deflorestação, têm consequências imediatas e dramáticas na produção alimentar das populações mais pobres.

Todos estes fatores, conjugados com o constante crescimento populacional em África, explicam que o continente africano seja a zona mais afetada do mundo pelo flagelo da fome.



Novo Presidente da Comissão da União Africana

A 14 de março, o novo Presidente da Comissão da União Africana, o chadiano Moussa Faki Mahamat, tomou posse, sucedendo no cargo à sul-africana Nkosazana Dlamini-Zuma.

A sua eleição marcou uma nova fase nos procedimentos internos da União Africana. Perante a existência de sete candidatos ao cargo, foi necessário recorrer a várias rondas eleitorais para que o candidato do Chade vencesse, na sétima volta, Amina Mohamed do Quênia.

Faki Mahamat foi Primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do seu país, tendo uma longa experiência política, quer interna, quer externa. Com formação em direito adquirida em Brazzaville, e mais tarde em Paris, desempenhou um papel fundamental nas vitórias diplomáticas alcançadas pelo seu país, nomeadamente, na obtenção de um lugar não permanente no Conselho de Segurança da ONU e na presidência rotativa da União Africana em 2016.

O envolvimento que o Chade teve, nos momentos em que Faki Mahamat exerceu cargos no governo, nas crises político-militares em países como a Líbia, Mali, República Centro Africana e Sudão do Sul, dão a entender que as suas prioridades à frente da União Africana se irão centrar nas questões do desenvolvimento e da segurança.

A escolha destas prioridades poderá permitir ao novo Presidente da Comissão da União Africana moldar o seu mandato à sua imagem, ao mesmo tempo que se demarcará da sua antecessora. De facto, Dlamini Zuma apostou mais na agenda económica da União Africana, tendo sido uma das principais patrocinadoras da criação da Agenda 2063. Porém, esta visão a longo prazo, não lhe terá permitido concentra-se nos problemas mais atuais do continente, nomeadamente os conflitos militares, a fome e as alterações climáticas.

Embora tenha prometido colocar a segurança e o desenvolvimento no topo da agenda dos seus quatro anos de mandato, Faki Mahamat poderá igualmente avançar com medidas concretas com vista à reforma da União Africana, de modo a tornar a organização mais operacional e capaz de responder com maior rapidez aos desafios.

Esta apetência ficou bem visível, quando referiu que o líder da União Africana deveria ser capaz de tomar uma decisão e autorizar o envio de tropas em situações de crise, e não ficar dependente, como acontece na atualidade, da decisão dos 55 estados-membros.

Um dos problemas que Faki Mahamat terá que enfrentar é a crónica falta de meios financeiros da União Africana, o que faz com que a organização dependa do exterior para o seu funcionamento. Esta situação só poderá ser ultrapassada com o aumento da contribuição dos países membros, o que será difícil tendo em conta que vários têm as contas em atraso. Mas esta independência financeira é essencial para que haja uma crescente autonomia de funcionamento da organização sem que tenha que depender de financiamentos, e eventualmente condicionalismos, externos.

Apesar dos elogios que recebe às suas capacidades há também que o critique pelo seu passado político no Chade. Faki Mahamat é considerado muito próximo do Presidente Idriss Déby, o chefe de Estado do Chade e líder do Movimento Patriótico de Salvação. Déby foi reeleito em abril de 2016 pelo quinto mandato consecutivo, num processo em que foi alvo de duras críticas por parte da oposição do seu país, o qual governa de modo autoritário desde 1990.



IDH de 2016

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou, a 21 de março, os dados relativos ao relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2016, com base em dados relativos a 2015. O relatório deste ano tem como tema central o Desenvolvimento Humano para Todos², chamando a atenção para as desigualdades que ainda persistem no mundo.

O IDH é calculado a partir de três dimensões do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável; o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente.

Apesar dos sucessos alcançados no combate à pobreza e à fome, a verdade é que o relatório chama a atenção para o facto, de uma em cada nove pessoas em todo o mundo, sofrer de fome e um terço da população mundial tem má nutrição. Apesar da população mundial ter aumentado mais de 2 mil milhões de pessoas desde 1990, estando atualmente nas 7.3 mil milhões de pessoas, foi possível resgatar mais de mil milhões da pobreza extrema³.

Os desafios à redução da pobreza não se cingem às situações de conflito ou desigualdade no acesso aos bens de primeira necessidade, cada vez mais, as alterações climáticas são um sério obstáculo no combate à pobreza.

As alterações climáticas provocam desastres naturais extremos, secas e inundações, favorecem o aparecimento de epidemias e diminuem as produções agrícolas criando situações de insegurança alimentar graves. Segundo o Relatório do PNUD, todos os dias, morrem 18 mil pessoas devido a contaminação atmosférica.

No seu conjunto, os PALOP tiveram um comportamento misto. Alguns, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, mantiveram as suas classificações. Outros, como Angola e Moçambique, viram a sua posição na tabela cair.

Numa lista com 188 países, que é liderada pela Noruega, o país africano de língua oficial portuguesa mais bem colocado é Cabo Verde que surge em 122º lugar, seguido por São Tomé e Príncipe que se situa em 142º lugar. Estes dois países estão no patamar de desenvolvimento médio.

No caso de Cabo Verde e apesar do país manter a mesma posição desde 2014, a ONU reconhece que houve uma melhoria de vários indicadores, nomeadamente, os relacionados com a esperança de vida, que subiu para os 73,5 anos, a redução da mortalidade materna, embora tenha piorado nas mortes por tuberculose e na prevalência de VIH em adultos.

Na edição do IDH deste ano, o caso cabo-verdiano é salientado, assim como o do Mali, Namíbia ou Costa do Marfim, pelos efeitos importantes e multiplicadores do seu programa de alimentação escolar, merecendo igualmente menção positiva a aprovação, em 2011, de legislação contra a violência baseada no género.

Na categoria de países de baixo desenvolvimento encontram-se Angola, em 150º lugar, a Guiné Bissau em 178º lugar e Moçambique em 181º lugar.

Angola, apesar de ter caído uma posição, estando agora em 150º, está mais perto do grupo dos países de desenvolvimento médio, com vários indicadores, nomeadamente, a esperança de vida, a melhorarem, realidade que se tem verificado desde 1990 quando a esperança de vida se situava apenas nos 41,2 anos.

A instabilidade política persistente na Guiné Bissau não tem permitido ao país melhorar o seu desempenho nas mais variadas áreas.

Moçambique é o pior colocado no IDH entre os PALOP, situando-se entre os oito países do mundo com o mais baixo IDH, ocupando o 181º lugar da classificação de 2015, posição que partilha com o Sudão do Sul, quando em 2014 ocupava a 139ª posição. O relatório revela que o país perdeu, no total, 33% na avaliação dos indicadores analisados no IDH.

No conjunto dos 40 países de baixo desenvolvimento, 34 são africanos, sendo que os últimos quinze países da classificação são todos africanos. O pior classificado é a República Centro-Africana, seguindo-se o Níger, Chade, Burkina Faso, Burundi, Guiné Conacri, Sudão do Sul, Moçambique, Serra Leoa, Eritreia, Guiné Bissau, Libéria, República Democrática do Congo, Mali, Etiópia, Gâmbia, Djibuti e Costa do Marfim.

² Human Development Report 2016: Human Development for Everyone. http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf

³ Human Development Report 2016: Human Development for Everyone, p.3.



Conflito no Kasai

O conflito e a instabilidade têm sido constantes em várias províncias da República Democrática do Congo (RDC). No entanto, essa instabilidade é particularmente grave em províncias com as do Kivu Norte, Kivu Sul e Kasai. Nesta última, vive-se, desde o ano passado, uma situação de conflito armado devido à revolta étnica liderada por Kwamina Nsapu.

Apesar do governo de Kinshasa ter um interesse estratégico em associar-se aos líderes locais, como medida destinada a reforçar o seu poder nas diversas províncias, o jovem chefe tradicional Kwamina Nsapu foi marginalizado pelo poder central após a adoção de uma nova lei, aprovada em 2015, sobre a nomeação destas chefias.

Descontente com a decisão de Kinshasa, considerada contrária aos costumes locais, Nsapu decidiu apelar à revolta do seu povo, tendo obtido forte apoio popular. Perante esta situação, o próprio Presidente Joseph Kabilá deslocou-se, em julho de 2016, à capital do Kasai, Kananga, com o objetivo de serenar os ânimos, intento no qual não foi bem-sucedido.

Apesar destes pretensos intentos de pacificação e negociação, as forças armadas da RDC acabaram por matar, em agosto passado, Kwamina Nsapu, embora isso não tenha terminado com os ataques da sua milícia.

Aquilo que começou como uma revolta rural e baseada na defesa dos costumes locais, rapidamente ganhou adeptos nas zonas urbanas da província do Kasai como demonstração clara de um descontentamento face à marginalização de que a província era alvo por parte do poder central.

Perante o agravamento da situação, o governo central aceitou negociar com os representantes das milícias do Kasai. Um acordo provisório com vista a cessar as hostilidades foi alcançado a 19 de março, mas poucos acreditam que o mesmo consiga manter-se válido tais são as desconfianças entre as partes e o grau de hostilidade entre as mesmas.

Desde o início desta revolta, mais de 400 pessoas foram mortas e cerca de 200 mil abandonaram a província com receio do conflito que opõe os membros desta milícia e as forças governamentais.

A incapacidade governamental para lidar com esta situação é um

bom exemplo da fraqueza das forças militares e policiais do governo de Kinshasa. Em março deste ano, numa emboscada, 42 polícias foram mortos pelos membros da milícia de Kwamina Nsapu. Para além da morte em si destes polícias, o que impressionou foi a extrema violência com que foram mortos, sendo que a maioria deles foi decapitada.

Para além destes ataques conhecidos, a missão da ONU no Congo (MONUSCO) descobriu a existência de várias valas comuns na região, não sendo claro qual das partes é responsável pelas mesmas.

A situação tornou-se, ainda mais, tensa, quando dois investigadores da ONU, um norte-americano e uma sueca, foram raptados e mortos a 12 de março, alegadamente por membros da milícia de Kwamina Nsapu.



Novo Governo em Marrocos

Após seis meses de impasse, foi finalmente encontrada uma solução governativa em Marrocos com a nomeação de Saad Eddine El Othmani para o cargo de Primeiro-Ministro do país.

Este impasse surgiu após as eleições legislativas de outubro de 2016, nas quais o partido de El Othmani, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), de orientação islamita, saiu vencedor.

A demora em constituir governo deveu-se às complicadas negociações que tiveram lugar entre seis partidos durante os últimos meses.

A nova coligação governamental será constituída pelo PJD (que detém 125 deputados), pelo Reagrupamento Nacional de Independentes (com 37 deputados), o Movimento Popular (com 27 deputados), o Partido do Progresso e Socialismo (com 12 lugares), a União Constitucional (com 19 deputados) e a União Socialista de Forças Populares (com 20 deputados).

As negociações foram dificultadas, e daí a demora em constituir o novo governo, pelo facto do líder do PJD Abdelilah Benkirán, que desempenhava o cargo de Primeiro-Ministro desde 2011 e que se esperava que assumisse o mesmo cargo no novo governo, se ter oposto à entrada do USFP na coligação, uma vez que isso iria diminuir o poder dos islamitas no executivo.

A situação foi ultrapassada com a destituição de Benkirán pelo Rei Mohammed V, o que permitiu que o número dois do PJD, Saad Eddine El Othmani, fosse indigitado para a liderança do novo executivo, e que rapidamente encontra-se uma solução governativa com os outros partidos.



Angola Limita Contratação de Estrangeiros

Através de um decreto presidencial, aprovado a 6 de março⁴, o governo de Luanda aprovou que a contratação de trabalhadores estrangeiros não residentes em Angola só poderá ser renovada até ao limite máximo de 36 meses.

O salário destes trabalhadores terá que ser pago em kwanzas, sendo que outras prestações que lhes sejam pagas, direta ou indiretamente em dinheiro ou espécie, não poderão ser superiores a 50% sobre o salário base.

Esta decisão visa limitar o pagamento em moeda forte a estes trabalhadores, uma vez que Angola se tem debatido, nos últimos tempos, com escassez de divisas. Por outro lado, esta decisão também irá limitar os montantes máximos que poderão ser transferidos por estes trabalhadores para o exterior.

Paralelamente, as empresas só poderão contar com um máximo de 30% de mão-de-obra estrangeira não residente, os restantes 70% terão que ser preenchidos por mão-de-obra angolana.

A principal justificação para este decreto é a necessidade de promover uma igualdade de tratamento entre os trabalhadores nacionais e expatriados. Esta medida visa, igualmente, a promoção e um maior recurso aos trabalhadores nacionais ou com estatuto de residentes.

As empresas que não cumpram estas novas orientações ficam sujeitas a uma multa que pode ir até 10 vezes o valor do salário médio praticado.

Esta decisão do governo angolano terá consequências diretas nos cerca de 200 mil portugueses que vivem e trabalham em Angola. Desde a crise de 2008, o número de portugueses que emigraram para Angola foi muito elevado.

Este número só conheceu uma diminuição nos últimos dois anos devido ao facto de também Angola atravessar um período de menor crescimento económico, o que se traduziu no abrandamento da ati-

⁴ O Decreto Presidencial n.º 43/17, de 6 de março, estabelece as novas regras aplicáveis ao Exercício da Atividade Profissional do Trabalhador Estrangeiro não Residente e revoga os Decretos n.º 5/95, de 7 de abril, e n.º 6/01, de 19 de janeiro.

vidade económica. A diminuição do preço do petróleo no mercado mundial, principal exportação angolana, explica grande parte deste abrandamento.

A aplicação deste decreto é ainda uma incógnita e ter-se-á que ver que consequências terá no repatriamento de salário dos trabalhadores não residentes, como é que o Banco de Angola irá definir os montantes que poderão ser transferidos e que consequências é que isto terá no mercado de trabalho e nas atividades das empresas.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05